A Patente como Instrumento de Divulgação Científica - a Relação entre os Requisitos de Patentabilidade e os Critérios de Noticiabilidade¹

Patent as a Tool for Science Communication - The Relation between the Requirements of Patentability and the Criteria of Newsworthiness

Patentes como Herramienta para la Comunicación Científica - La Relación entre los Requisitos de Patentabilidad y los Criterios de Noticiabilidad

Fabricio José MAZOCCO²

Thales Haddad Novaes de ANDRADE³

Resumo

Várias ações, seja no âmbito político, seja no econômico, vêm sendo realizadas no Brasil visando promover a inovação tecnológica. Um dos caminhos necessários para se atingir esse objetivo é a divulgação dos resultados de pesquisas passíveis de serem protegidas: as patentes. Além de fonte de informação tecnológica, a patente também pode ser entendida como importante instrumento de divulgação científica. O presente artigo objetiva o estudo da patente como ferramenta de divulgação científica visando explorar seu potencial na disseminação da ciência, contribuindo, assim, para a divulgação de pesquisa científica e sua transformação em tecnologia a serviço da sociedade. Para isso serão abordados os requisitos necessários para a proteção da patente, suas dimensões e a relação com os critérios de noticiabilidade.

Palavras-chave: Patente; Divulgação científica; Noticiabilidade.

Abstract

Several actions, both in the political and in the economic scope, are being held Brazil in order to promote technological innovation. One of the paths which are required to achieve this objective is the dissemination of research results which are liable to be protected: patents. Besides the fact that it is a source of technological information, patents may also be understood as an important instrument of science dissemination. This article aims to study patents as tools for scientific dissemination, and also aims to explore their potential in such dissemination thus contributing to divulging scientific research and its transformation into technology, at the service of society. In order to achieve these aims, the necessary requirements for patent protection, its dimensions and its relationship with the criteria of newsworthiness are addressed.

Keywords: Patent; Scientific dissemination; Newsworthiness.

1 Trabalho apresentado à sétima edição da Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, publicação ligada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Paraná.

2 Prof. Dr. do Curso de Jornalismo e de Design Digital da Uniar. fabriciomazocco@gmail.com

3 Prof. Dr. do Curso de Ciências Sociais da UFSCar. thales@ufscar.br

Resumen

Varias de las medidas, ya sea en la esfera política está en el Brasil económica, se están celebrando para promover la innovación tecnológica. Uno de los caminos necesarios para lograr este objetivo es la difusión de los resultados de investigación que pueden ser protegidos: patentes. Además de fuente de información tecnológica, la patente también puede ser entendida como un instrumento importante de la ciencia. Este artículo tiene como objetivo estudiar la patente y herramienta de divulgación científica dirigida a explorar su potencial en la difusión de la ciencia, lo que contribuye a la difusión de la investigación científica y su tecnología de procesamiento en el servicio de la sociedad. Para ello se abordan los requisitos de protección de la patente sea necesario, sus dimensiones y la relación con los criterios de noticiabilidad.

Palabras clave: Patente; Divulgación científica; Interés periodístico.

Introdução

Uma maneira internacionalmente reconhecida de medir a intensidade do processo inovativo de um país é o número de pedidos de patente (CRUZ, 2002). O direito ao conhecimento por meio da proteção intelectual é um assunto que há tempos é debatido no meio acadêmico, empresarial e como política de Estado. De um lado está o Estado regulando a proteção intelectual advinda do conhecimento científico e intelectual, visando assegurar os direitos ao criador, entre eles os econômicos. De outro, a proteção que restringe o avanço do conhecimento científico, criando um ciclo que se autoalimenta, impedindo ou prejudicando o alcance desse bem à sociedade. E não são somente dois lados que versam nesse debate. Há a crítica ao sistema que se inicia no conhecimento gerado em um ambiente público e que, por incentivo de políticas de Estado, é transferido ao setor privado que capitaliza esse conhecimento e o transforma em mercadoria.

A propriedade intelectual⁴ (PI) trata da proteção concedida a todas as criações resultantes do espírito humano, seja de caráter científico, industrial, literário ou artístico. Ela é dividida em duas grandes áreas: a propriedade industrial (como patentes de invenção, modelos de utilidade, desenhos industriais, indicações geográficas, registro de marcas e proteção de cultivares) e o direito autoral (como obras literárias, artísticas e científicas, programas de computador, topografias de circuito integrado, domínios na Internet e cultura imaterial).

Shiva (2001) vai contrapor criatividade e proteção. Partindo da ideia de que a ciência é uma expressão da criatividade humana, seja a individual ou a coletiva, e a criatividade abrange diversas expressões, para a autora a ciência é uma “iniciativa pluralista que engloba diferentes ‘maneiras de conhecer’” (2001, p. 29).

4 Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/51496.html>>. Acesso em: 29 maio 2008.

Quando os direitos de propriedade intelectual são justificados por estimularem e recompensarem a criatividade intelectual, a autora alega que conhecimento e criatividade foram definidos de maneira estreita de tal forma que é ignorada a criatividade da natureza e dos conhecimentos não ocidentais. Partindo da premissa de que na teoria esses direitos são de propriedade de produções da mente e que pessoas inovam e criam, Shiva indica que se realmente os direitos de propriedade intelectual refletissem a diversidade das tradições de conhecimento que geram criatividade e inovação, eles deveriam ser pluralistas, resultando em uma riqueza de combinações. Para ela, os instrumentos legais de proteção são utilizados visando universalizar em todo o mundo o regime de patentes norte-americano, causando o que a autora chama de “empobrecimento intelectual e cultural”, sufocando outras maneiras de saber (SHIVA, 2001, p. 31)

A questão da proteção intelectual levou a um conflito no início do capitalismo. Barbosa (1999) analisa que, se por um lado, ter o conhecimento técnico como um bem livre para a sociedade é negar a organização coletiva da produção, restringir a circulação desse conhecimento implica em amarrar o seu desenvolvimento e, com isso, restringir a acumulação econômica. Na visão de Shiva (2001), as patentes são mais importantes como ferramentas de controle de mercado, enfraquecendo a criatividade social dos cientistas por meio da repressão do intercâmbio livre entre eles. Para Sherwood (1992), o termo “propriedade intelectual” contém tanto o conceito de criatividade privada como o de proteção pública. Nessa perspectiva, ele vai entender que enquanto a propriedade intelectual cria o direito de excluir terceiros de um produto ou de um processo específico, o monopólio exclui outros de um determinado mercado. Na propriedade intelectual a invenção é protegida e não a empresa.

O presente artigo tem como objetivo abordar a patente como fonte de informação, com ênfase na patente como instrumento de divulgação científica. Para isso, serão descritos os requisitos da patente previstos em lei, suas dimensões e seu papel como instrumento de divulgação científica, tendo como base os critérios de noticiabilidade.

Patentes: requisitos e dimensões

Nos últimos 15 anos, na América Latina houve uma mudança significativa no que se refere à propriedade intelectual, principalmente na normatização de patentes. Tais alterações aconteceram a fim de adaptar as legislações locais aos requisitos impostos pelo Acordo sobre os Aspectos Relacionados ao Comércio dos Direitos da Propriedade Intelectual, o ‘Acordo TRIPS’ (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*) da Organização Mundial de Comércio (OMC), assinado em 1994 e que estabeleceu um conjunto de padrões mínimos em quase todas as áreas de direitos de propriedade intelectual (DPIs). Isso fez com que a maioria dos países em desenvolvimento, incluindo os da América Latina, expandisse a proteção conferida às áreas de direitos autorais, marcas registradas e, enfaticamente, às paten-

tes. O Acordo TRIPS entrou em vigor em 1.º de janeiro de 2000, porém muitos países fizeram a regulação antecipadamente a fim de atender às exigências norte-americanas (CORREA, 2008).

No Brasil, a Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996⁵ regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, incluindo a concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade, concessão de registro de desenho industrial, concessão de registro de marca, repressão às falsas indicações geográficas e repressão à concorrência desleal. Neste trabalho, o foco é a patente de invenção. A patente⁶ é um “título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação”.

O artigo 8º da Lei define que “é patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial”. Barbosa (1999) vai chamar esses requisitos de “requisitos da esfera de produção”. Para ele, para que exista novidade é necessário um trabalho novo que gere conhecimento técnico com o potencial de aumentar a capacidade produtiva, sendo que a invenção fique à disposição da sociedade. A Lei diz que a invenção é considerada nova quando não compreendida no estado da técnica, que, por sua vez, é definido no documento como “tudo aquilo tornado acessível ao público antes da data de depósito de pedido de patente, por descrição escrita ou oral, por uso ou qualquer outro meio, no Brasil ou no exterior (...)”. Há a ressalva no artigo 12 de que não é considerada como estado da técnica a divulgação ocorrida durante os 12 meses que precederam a data do depósito. Ainda segundo Barbosa, o conceito de novidade se confunde com a própria invenção, sendo que esse requisito não é característica das descobertas ou das criações artísticas. A diferença está no fato de que as invenções são transformações objetivas e concretas baseadas, em muitos dos casos, no conhecimento derivado das descobertas.

Sobre o segundo requisito, o artigo 13 determina que “a invenção é dotada de atividade inventiva sempre que, para um técnico no assunto, não decorra de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica”. Para Barbosa (1999), não atender a esse requisito significa que o produto utiliza-se de conhecimentos disponíveis e que, levando ao plano econômico, nada acrescenta no capital tecnológico já existente.

Sobre o terceiro requisito, o artigo 15 diz que a invenção é passível de aplicação industrial quando a mesma possa ser utilizada ou produzida em qualquer tipo de indústria. Barbosa considera esse requisito a essência da invenção. Ele entende que as invenções devem ser objeto de proteção da propriedade industrial com aplicabilidade na produção, sendo que o termo industrial está relacionado a qualquer ramo da atividade econômica produtiva. Na sua crítica,

5 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm>. Acesso em: 16 out. 2012.

6 Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/patente/pasta_oquee>. Acesso em: 29 maio 2008.

os direitos à proteção intelectual são reconhecidos apenas quando geram lucro e não quando atendam às necessidades sociais. Shiva indica esse requisito:

[...] para ser patenteável, uma inovação deve ter potencialmente uma aplicação industrial. Isto imediatamente exclui todos os setores que produzem e inovam fora do modo de organização industrial. O lucro e a acumulação de capital são os únicos fins da criatividade; o bem social não é mais reconhecido. Sob o controle das corporações, ocorre a “desindustrialização” das produções em pequena escala nos setores informais da sociedade (SHIVA, 2001, p. 32).

Diferente dos “requisitos da esfera de produção” previstos na Lei, Barbosa (1999) cita um quarto requisito que ele enquadra como “requisito social”: o de divulgação social. Para ele, esse requisito se realiza na divulgação pública das patentes, o que dá o caráter social às invenções. Além disso, o autor defende que a divulgação deve ser entendida como a contrapartida social da concessão do monopólio das invenções.

Araújo (1984) vai definir três funções básicas para a patente, que aqui chamamos de dimensões: do ponto de vista técnico, ou seja, o estado da técnica; no plano legal ou direito de propriedade (jurídico) e sob o ângulo econômico. Tendo em vista que patente está inserida em políticas públicas e como objeto de disputa política entre países visando a proteção de seus bens naturais e culturais, além do econômico, há de se considerar também a sua dimensão política (MAZOCCO, 2009).

Como é de conhecimento, a ciência é “julgada” por pares. Em outras palavras, são cientistas que analisam e “determinam” o que é ciência. Depois da análise o trabalho é publicado, ratificando que aquele conhecimento passou pelo crivo dos pares, conferindo o *status* de ciência. Não há interferência do Estado quando do “julgamento” da validade ou não da ciência como ciência. Há, sim, a intervenção do Estado nas questões relacionadas à ciência e à tecnologia, como coloca Vessuri (1994). Segundo a autora, o Estado assumiu um papel de liderança nas questões relacionadas à ciência e à tecnologia. Seu papel foi o de ligar a maior parte das atividades científicas, tanto por meio do monopólio do ensino superior exercido pela universidade pública, como por meio de instituições criadas para atender as funções de pesquisa ligadas ao setor produtivo ou de serviços.

Nesse caso, o Estado intervém na infraestrutura da ciência e tecnologia e nas políticas e não no que poderíamos chamar de *ethos* científico. A estrutura da ciência e tecnologia, as políticas e a normatização cabem ao Estado. Não cabe a ele definir o que é ciência. Ele pode, sim, por meio de financiamento público, direcionar as pesquisas para determinados temas, porém a validação ocorre entre os pares.

Entretanto, quando se trata de patente, há, sim, a intervenção do Estado na análise. Conforme estabelecido no art. 19, o pedido de patente deve seguir as condições estabelecidas

pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O INPI foi criado por meio da Lei nº 3.648, de 11 de dezembro de 1970⁷. Sua finalidade prevista no art. 2 foi alterada em redação dada pela Lei nº 9.279, de 1998, ficando assim:

O INPI tem por finalidade principal executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, bem como pronunciar-se quanto à conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial (LEI 3.648, 1970).

O Instituto está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O presidente do INPI é indicado pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e nomeado e exonerado pelo Presidente da República. É o INPI responsável pela análise dos pedidos de patente levando em consideração os requisitos já mencionados e as condições estabelecidas.

Segundo dados divulgados pelo INPI⁸, em 2011 foram depositados 31.765 pedidos de patente; em 2010 foram 28.052; em 2009, 25.951; em 2008, 27.050; e em 2007, 24.685. A projeção do INPI é que em 2014 sejam depositados 35 mil pedidos. Em 2011, dos 31.765 depósitos, 24.001 foram feitos por não residentes e 7.764 por residentes. Considerando o cenário internacional, em 2011 o Brasil permaneceu na 24.^a posição no *ranking* de depositantes de patentes por meio do Tratado de Cooperação em Patentes (PCT na sigla em inglês)⁹, atrás da China (4.^o lugar), Índia (17.^o lugar) e Rússia (21.^o lugar).¹⁰ No que se refere ao *ranking* dos países que mais produzem artigos científicos no mundo, dados divulgados mostram que o Brasil ocupa a 13.^a posição em produção de artigos científicos, atrás de países como Estados Unidos (1.^o), China (2.^o), Índia (10.^o), e Coreia do Sul (12.^o).¹¹ Em 2012, o Brasil passou a ocupar a 14.^a posição¹². Os dados mostram que o Brasil vem avançando no que se refere à produção

7 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5648.htm>. Acesso em: 18 out. 2012.

8 Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/portal/>> Acesso em: 15 out. 2012.

9 O PCT foi concluído em 1970 e modificado em 1979, 1984 e 2001. Está aberto aos Estados Partes da Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial (1883). Os instrumentos de ratificação ou de adesão devem ser depositados junto do Diretor Geral da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). O Tratado dá a possibilidade de procurar a proteção de uma invenção por patente simultaneamente em um grande número de países mediante o depósito de um pedido de patente “internacional”. Um tal pedido pode ser depositado por qualquer pessoa que seja nacional ou residente de um Estado contratante. O pedido pode geralmente ser depositado no instituto nacional de patentes do Estado contratante do qual o requerente é nacional ou residente ou, à escolha do requerente, na Secretaria Internacional da OMPI em Genebra. Disponível em: <<http://www.wipo.int/pct/pt/treaty/about.html>> Acesso em: 18 out. 2012.

10 Disponível em: <<http://www.inovacao.unicamp.br/destaques/deposito-de-patentes-do-brasil-no-exterior-cresceu-17-em-2011>>. Acesso em: 18 out. 2012.

11 Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/ez31/periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pnews&component=Clipping&view=pnewsclipping&cid=97&mn=0&Itemid=&>. Acesso em: 18 out. 2012.

12 Relatório “Brasil: Atuais desafios e tendências da inovação”, elaborado pela Thomson Reuters, divulgado em setembro de 2013 e disponível no site do INPI <www.inpi.gov.br>.

científica, porém ainda derrapa quando o assunto é inovação, e as informações sobre patentes ajudam nessa indicação.

Patentes e inovação

Quando se fala em inovação, não há como segmentar o papel dos agentes. Etzkowitz (2009) atribui à interação universidade, indústria e governo a chave para a inovação e o crescimento baseado no conhecimento. Nessa interação, que o autor vai chamar de hélice tríplice, cada agente assume o papel do outro, mesmo mantendo seus papéis primários: a universidade capitaliza o conhecimento ao incentivar o desenvolvimento de novas empresas, assumindo o papel da empresa; esta, por sua vez, atua como universidade ao desenvolver treinamentos e ao compartilhar o conhecimento por meio de *joint ventures*. Já o governo age como o que Etzkowitz vai denominar de capitalistas públicos de *joint ventures*, mantendo também suas atividades regulatórias.

Nessa perspectiva, a inovação assume um novo significado, pois já não está restrita à indústria. Tendo em vista que o conhecimento vem sendo entendido como premissa essencial para o desenvolvimento de novos produtos, as instituições produtoras do conhecimento se tornam cada vez mais importantes no processo de inovação (ETZKOWITZ, 2009).

No Brasil, segundo dados divulgados pelo INPI¹³, de 2004 a 2008 foram depositadas 24.083 patentes de invenção. São os 10 maiores depositantes (em ordem): Petrobras S.A. (388 depósitos), Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (272)¹⁴, Universidade de São Paulo – USP (264), Whirlpool (174), UFMG (154), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (141), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (129), Semeato S.A. (114), Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN (83) e Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – Fapemig (68). Dos 10 maiores depositantes, há quatro universidades, sendo duas estaduais (Unicamp e USP, ambas do Estado de São Paulo) e duas federais (UFMG e UFRJ)¹⁵. Considerando os 20 depositantes, são 7 universidades as maiores depositantes. Além das mencionadas, seguem Universidade Federal do Paraná – UFPR (63), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (51) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (46). Entretanto, se forem consideradas universidades, agências de fomento e Institutos de Pesquisa, entre os 20 maiores depositantes, esse grupo tem 11 representantes. Esses números mostram a importância das universidades na geração de patentes no Brasil. Segundo Lamana e Kovaleski (2010), enquanto no Brasil as patentes desenvolvidas nas universidades representam 59% das

13 Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/portal/>>. Acesso em: 15 out. 2012.

14 Considerando o período 1999-2003, a Unicamp foi a que mais depositou, com 191 patentes. Em seguida está a Petrobras, com 177 patentes.

15 Além das quatro citadas, em 2011 a UFRGS entrou na lista dos 10 maiores depositantes de patentes.

depositadas, nos Estados Unidos esse índice é inferior a 10%.

A proteção de uma titularidade com o intuito de gerar um bem econômico, característico da patente, está relacionada ao modo capitalista e vinculado ao setor produtivo, sendo que esse tem interesse em ter propriedade sob um produto ou processo protegido e obter lucros com essa proteção. Porém, quando se trata de proteção por parte de universidades, como no caso do Brasil, em que os maiores geradores de ciência e tecnologia são públicos, o que inclui universidades e institutos de pesquisa, esse assunto é questionado sob diversas perspectivas, incluindo a comercialização de algo que foi gerado por dinheiro público e também o da livre disseminação do conhecimento público. Assim, destaca-se o papel das universidades na disseminação das patentes, não só visando a inovação tecnológica como também no papel de agente público em divulgar informações relevantes para toda a sociedade.

Os requisitos de patenteabilidade e os critérios de noticiabilidade

A disseminação do conhecimento nem sempre fez parte da história da ciência. No feudalismo, o conhecimento gerado era confidencial, restrito aos monges. Mesmo no século XV, quando surgiam as patentes técnicas, ainda se mantinha o princípio de guardar em segredo os resultados da pesquisa. Foi com o capitalismo que a patente, por meio de sua capacidade de apresentar novidade, agora disseminada e então possível de fazer uso de informação técnica contida no documento, tornou-se um dos promotores do crescimento econômico (BARBOSA, 1999). E, segundo o mesmo autor, é justamente a publicização desse novo conhecimento técnico que gera a superação de um conhecimento, fazendo com que, a partir desse conhecimento, sejam criadas outras invenções, superando as anteriores.

Araújo (1981) vai relacionar alguns itens que estão ligados ao acesso ao documento de patente, como a identificação de tecnologias emergentes; a identificação dos criadores; a indicação do fluxo tecnológico desenvolvido no exterior; a formulação de políticas, tanto setoriais, como de C&T e industrial; a melhoria da capacidade de tomada de decisão, tanto por parte do governo, como das empresas e das instituições de ciência e tecnologia; e a atualização técnica dos recursos humanos envolvidos em atividades de P&D.

Além de uma importante fonte de informação tecnológica, a patente também pode ser considerada uma importante fonte de informação para os meios de comunicação com potencial para ser divulgada na mídia (MAZOCCO, 2009).

A mídia passou por desenvolvimentos similares ao das ciências, quando se refere a taxas de crescimento e diferenciação interna. Cada vez mais fatores organizacionais influenciam a construção da notícia. Ainda segundo Sousa (2003), as decisões de veiculação sofrem influência de fatores internos e externos, como a formação do profissional, o índice de audiência e, consequentemente, o mercado, os interesses políticos e econômicos dos acionistas e a

concorrência, sendo que cada um tem peso diferenciado no processo de seleção. Para Moraes (2003), vive-se o que se chama hoje de mudança do paradigma comunicacional.

Assim, temos que, da mesma forma que as ciências, a mídia constrói as suas próprias representações da realidade. Entretanto, usa instrumentos diferenciados, abordagens diferentes e formas diversificadas de representação. Não é, portanto, acidental que especialmente entre ciência e mídia haja competição dura e até mesmo conflitos sobre adequação de imagens. A confiança da informação científica compete com o nível de difusão do veículo (audiência). Os critérios de validação das ciências não são substituídos, mas são suplementados por outros.

De qualquer forma, a mídia e a sociedade parecem manter a preferência pela mitologia dos resultados que, segundo Cascais (2003), consiste na representação da atividade científica pelos seus produtos; em assumir os processos científicos à consecução finalista e cumulativa de resultados; e em isolar exclusivamente como resultados aqueles que são avaliados com êxito na sua aplicação.

Nas Teorias do Jornalismo, incorporadas às Teorias da Comunicação, estudou-se os aspectos que permeiam a produção da informação de massa. Segundo Wolf (2001), quando se trata desse processo, de um lado está a cultura profissional formada por códigos, estereótipos, símbolos, representações de papéis, convenções relativos às funções de jornalistas e dos que atuam nos meios no âmbito da produção de notícias e às modalidades inerentes à sua produção; e de outro as restrições ligadas às organizações do trabalho que vão determinar a definição de notícia. Essa ligação é estreita e vinculativa e vai definir o conjunto de características que os fatos devem ter para serem divulgados. Esse conjunto de características define a noticiabilidade que “é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos (...) para adquirirem a existência pública de notícias” (WOLF, 2001, p. 190). Para Traquina (2005), os critérios de noticiabilidade estão relacionados ao conjunto de valores-notícia que determina se um acontecimento ou mesmo se um assunto está apto a se tornar notícia.

Os valores-notícia podem ser descritos como de seleção e de construção. O primeiro está relacionado aos critérios que jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos; já o segundo é descrito como as qualidades da construção do acontecimento como notícia e funciona como uma espécie de linha-guia para a apresentação do material jornalístico. Quando se seleciona os acontecimentos a serem transformados em notícia, os critérios de relevância vão funcionar de forma conjunta, ou seja, serão as relações e as combinações entre os mais diferentes valores-notícia que vão interferir e farão isso durante todo o processo, não só na seleção (WOLF, 2001). Para esse autor, os valores-notícia derivam de pressupostos implícitos divididos em quatro grupos: as características substantivas das notícias, que são articuladas nos fatores importância e interesse da notícia; a disponibilidade do material e os critérios relativos ao produto informativo; o público; e a concorrência. No caso dos critérios substantivos, ou seja,

aqueles que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância, vale destacar o de relevância, que atende à preocupação de informar os fatos que têm um impacto sobre a vida das pessoas, do país e da nação; da significatividade, que é suscetível de ser interpretado dentro de um contexto cultural do receptor; e a novidade. Traquina (2005) define esse critério como sendo uma questão central para os jornalistas, pois trata de divulgar o que há de novo.

Os requisitos para que um invento seja patenteado (como já visto anteriormente: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial) podem ser relacionados aos valores-notícia utilizados pelos produtores de informação. A novidade, por exemplo, é critério tanto dos requisitos de patenteabilidade como dos valores-notícia. Para o primeiro é necessário que o invento não tenha sido divulgado antes. Para o segundo, o fato de um acontecimento não ser divulgado atende à noticiabilidade dos meios, que é o de informar o que há de novo. O requisito atividade inventiva também está inserido nesse critério, pois a partir dele pressupõe-se que “algo novo”, e carregado de conhecimento, contribuiu para a criação de um novo produto ou processo. Pressupõe-se também que o invento, a rigor, é relevante para a sociedade, o que relaciona a patente com o valor-notícia relevância, ou seja, a patente tem como função atender às necessidades da sociedade. Esses valores-notícia podem atuar de forma complementar, como defendido por Wolf.

Considerações

A ciência e a tecnologia estão cada vez mais ocupando espaço na agenda dos meios noticiosos. Embora ainda incipiente, percebe-se, no Brasil, uma maior atenção para os assuntos científicos, mesmo com obstáculos já discutidos na literatura, como a escassa presença nas redações de profissionais qualificados em divulgação científica e a relação conflituosa entre jornalistas e cientistas.

Essa atenção pode estar relacionada às várias ações que o Estado vem tomando no incentivo à inovação. Estando na agenda do governo, a mídia tende a colocar o assunto para ser discutido na arena pública. E quando se fala em inovação, a patente é considerada um dos principais indicadores.

A relação dos requisitos da patente com os critérios de noticiabilidade das Teorias do Jornalismo, a nosso ver, confere à patente de invenção, além de seu significado como resultado de uma atividade científica e tecnológica protegida, ressaltando sua função econômica, jurídica e técnica, uma importante ferramenta de divulgação. Se por um lado os resultados científicos necessitam atender aos requisitos previstos na legislação para serem protegidos e se efetivarem como um bem a ser explorado economicamente, por outro os requisitos atendem aos valores-notícia e se efetivam como possível assunto de interesse aos jornalistas.

Considerando que, no Brasil, os maiores depositantes de patentes são Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), em que as universidades, especialmente as públicas, estão incluídas, isso significa que essas instituições, tendo em vista o potencial de divulgação delas, podem fazer uso das patentes como instrumento de comunicação com a sociedade.

É de responsabilidade das universidades estabelecer um canal de comunicação com o público e as patentes se estabelecem como uma ferramenta de divulgação científica. As universidades têm nas patentes uma fonte de informação para a mídia, que, por sua vez, atende ao seu papel de levar à sociedade os assuntos de interesse e de formação do cidadão. Ao formar esse cidadão, este se insere no debate da política de C&T, contribuindo para a democratização das ações formuladas na área.

Este artigo teve como objetivo debater a patente como uma importante fonte de informação para a mídia e para a comunicação das instituições de C&T com a sociedade. Não pretendemos esgotar o assunto, nem tampouco restringir o debate ao potencial da patente como fonte de informação. Em uma sociedade pautada na tecnologia e na inovação, as patentes assumem cada vez mais posição de destaque na formulação de políticas públicas e no desenvolvimento socioeconômico de uma nação. O cidadão tem um papel central no debate de políticas e a divulgação de patentes contribui para a formação desse cidadão.

Mesmo que as políticas públicas de C&T não enfatizem a divulgação de patente, considerando que cabe ao Estado facilitar a comunicação pública e que cabe a ele avaliar sua outorga, as patentes carregam requisitos que as tornam uma importante fonte de divulgação científica para o público.

Referências

ARAÚJO, V. M. R. H. A patente como ferramenta de informação. **Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, 1981.

_____. Uso da informação contida em patentes nos países em desenvolvimento. **Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, 1984.

BARBOSA, A. L. F. **Sobre a propriedade do trabalho intelectual: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

BRASIL (1996). Lei nº 9.279 – Leis da Propriedade Industrial, de 14 de maio de 1996. Regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Senado Federal**. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102474>>. Acesso em: 04 abr. 2008.

CASCAIS, A. F. Divulgação Científica: A Mitologia dos Resultados. In: SOUSA, C. M.; MARQUES, N. P.; SILVEIRA, T. S. **A comunicação pública da ciência**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

CORREA, C. M. Propriedade intelectual: política, administração e prática nas principais universidades latino-americanas. In: Schwartzman, S. **Universidades e desenvolvimento na América Latina**: experiências exitosas de centros de pesquisas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 55-94.

CRUZ, C. H. B. A Universidade, a Empresa e a Pesquisa que o País precisa. In: SANTOS, L. W. *et al.* **Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da interação**. Londrina: IAPAR, 2002.

ETZKOWITZ, H. **Hélice tríplice**: universidade-indústria-governo: inovação em ação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MAZOCCO, F. J. **A mediatização das patentes sob o olhar CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. São Carlos, 2009. 154 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

MORAES, D. O capital da mídia na lógica da Globalização. In: MORAES, D. (Org.) **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SHERWOOD, R. M. **Propriedade intelectual e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

SHIVA, V. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Tradução: Laura Cardellini Barbosa de Oliveira.

SOUSA, C. M. Quando a ciência é notícia na televisão. In: SOUSA, C. M.; MARQUES, N. P.; SILVEIRA, T. S. **A comunicação pública da ciência**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Editora Insular, 2005.

VESSURI, H. La ciencia académica en América Latina en el siglo XX. **Revista de estudios sociales de la ciencia.** Volume 1, número 2, diciembre, 1994, p. 41-77. Disponível em: <http://www.ivic.gob.ve/estudio_de_la_ciencia/Enlapublic/documentos/Cienciacad2.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2012.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Presença, 2001.